

Migrantes Brasileiros em Yaizu, Shizuoka, Japão — Um Perfil Sócio-econômico

MAXWELL, Roberto (2008). Migrantes Brasileiros em Yaizu, Shizuoka, Japão — Um Perfil Sócio-econômico in **Sociedade Japonesa E Migrantes Brasileiros - Novos Caminhos Na Formação de Uma Rede de Pesquisadores**. Editado por MITA, Chiyoko; CORDOVA QUERO, Hugo; LITVIN, Aaron; HAINO, Sumiko. Tóquio, Center For Lusophone Studies - Sophia University pp 91 - 101.

1. Introdução

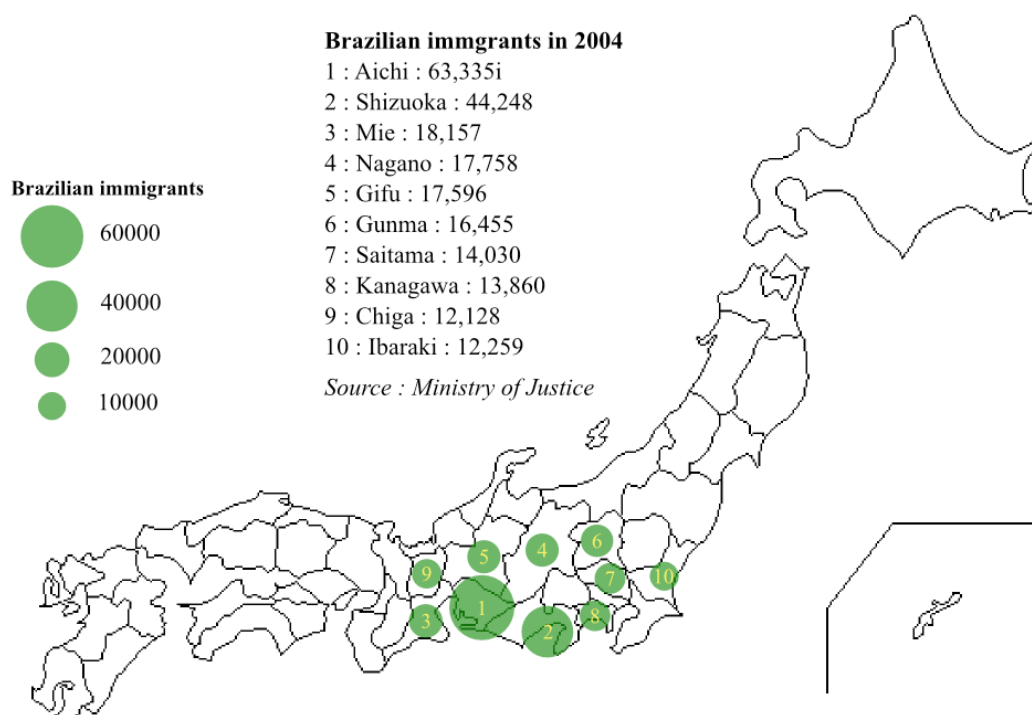
De acordo com o Ministério da Justiça japonês, 312.979 brasileiros estavam registrados como residentes no Japão no final de 2006. Pouco menos de 20 anos antes, esse número não passava de 1.995. O fluxo *dekassegui*, como é conhecido no Brasil o movimento migratório de descendentes de japoneses para a Terra do Sol Nascente, não pode ser entendido fora do contexto das migrações internacionais contemporâneas. Por outro lado, algumas de suas especificidades não devem ser ignoradas. Uma delas é o fato de se tratar de um fluxo de retorno. Não o outrora proclamado retorno do migrante em si — embora isso tenha ocorrido em alguns casos — mas de membros de um mesmo grupo étnico. Também merece destaque o embasamento legal que promove este movimento migratório. De acordo com a lei de imigração japonesa, alterada em 1990, descendentes de japoneses de outras nacionalidades até a terceira geração — bem como seus cônjuges e filhos — podem obter vistos que lhes permitem residir e trabalhar no país. Por fim, deve-se, ainda, destacar como peculiar desse fluxo migratório a concessão do direito à entrada e permanência vinculada a um laço consanguíneo.

Em seu limiar, o movimento migratório de brasileiros descendentes de japoneses para a terra de seus ancestrais teve como característica marcante a estadia relativamente curta do migrante, fruto das facilidades de circulação — financiamento dos custos de transporte por parte dos empregadores, visto de re-entrada no Japão expedido sem muitas exigências — entre os dois distantes países. No entanto, os problemas sócio-econômicos do Brasil e permanente necessidade de mão-de-obra no Japão, dentre outros fatores, vêm prolongando a estadia dos brasileiros em solo nipônico. Estas “facilidades” na entrada/re-entrada no país receptor bem como as contradições da sociedade brasileira produziram um migrante “permanentemente temporário”, em outras palavras, um indivíduo para quem as portas do Brasil e do Japão estão, aparentemente, sempre abertas. Essa condição gera uma expectativa permanente de retorno ao país de origem e uma ilusão de “temporiedade” que é facilmente desconstruída por números que apontam que os brasileiros estão ficando cada vez mais tempo no Japão e que a grande maioria dos que retornam para o Brasil acabam vivendo novas experiências migratórias. Essa ilusão — produzida e reproduzida pelo migrante e sua família, pelos órgãos planejadores do governo japonês e por outros atores desse processo social — gera uma série de interpretações do fenômeno migratório que, por sua vez, geram confrontos de interesses entre migrante e nativo, governo e sociedade, capital e trabalho que estouram em situações-limite que vêm colocando em xeque uma sociedade para a qual o controle — da natureza, do ser social, do indivíduo por si próprio — é umas das mais prezadas características.

Este artigo foi baseado numa pesquisa de um ano realizada na cidade de Yaizu, localizada na província de Shizuoka e visa oferecer um olhar sob a imigração partindo da perspectiva do local. Foram realizadas 69 entrevistas com os trabalhadores brasileiros da cidade e vivências de campo com o intuito de montar um perfil desse grupo de migrantes. Além da pesquisa quantitativa, foram realizadas frequentes observações de campo, incluindo trabalho voluntário como professor de uma escola local para brasileiros e entrevistas em órgãos públicos municipais e associações civis, como sindicatos de trabalhadores. As experiências coletadas entre os migrantes brasileiros na cidade são relatadas sinteticamente neste trabalho.

2. Sobre a área pesquisada: a província de Shizuoka e a cidade de Yaizu

O Japão é dividido em 47 províncias. A província de Shizuoka é localizada na região Chubu, sub-região Tokai, na costa central do Pacífico. A população da província é de 3.792.377¹ habitantes para uma área de 7,779.63 km². Sua capital é a cidade de Shizuoka. 23 municípios e 19 vilas fazem parte da província. Em Shizuoka vive a segunda maior população de brasileiros no Japão.



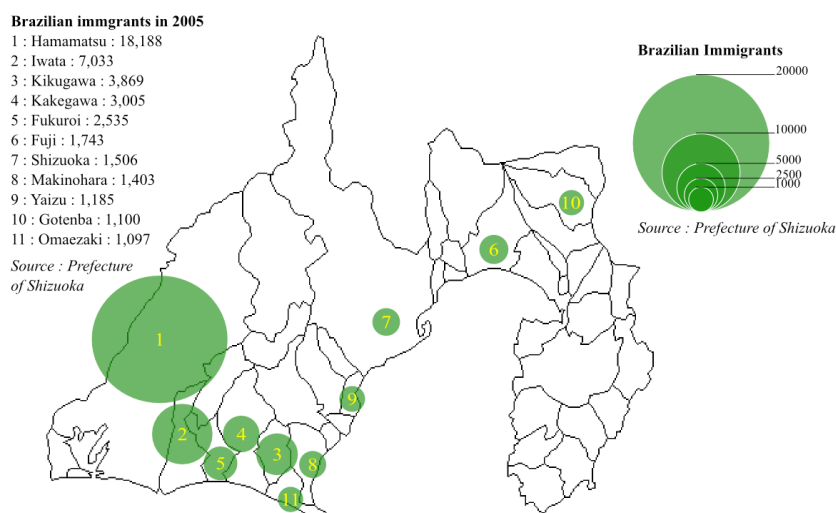
Mapa 1 - Migrantes brasileiros no Japão

Shizuoka é considerada uma das mais industrializadas províncias do Japão. Localizada entre as duas maiores cidades do país — Tóquio e Osaka —, Shizuoka é bem servida por uma vasta infra-estrutura de transporte. A via expressa Tomei conecta Tóquio a Nagoya e cruza a província de leste a oeste, assim como as linhas Tokaido de trem-bala e trem comum da Japan Railways. Está sendo construída, também, uma segunda via expressa Tomei e o Aeroporto Internacional Monte Fuji, localizado na cidade de Shimada, há 30 minutos da capital.

A cidade de Yaizu é localizada no noroeste da província de Shizuoka, há 15 minutos de trem

¹ Dados de outubro de 2006.

da capital. Faz fronteira ao norte com a cidade de Shizuoka e Okabe, ao sul com Oigawa, a oeste com Fujieda e a leste é banhada pela baía de Suruga, a qual é o motor de grande parte da economia da cidade. Duas estações da linha Tokaido de trens são localizadas no território do município: Yaizu e Nishi-yaizu. Há também uma entrada para a via expressa Tomei e dois portos: Kogawa e Yaizu. A área da cidade é 45,87 km² e a população em abril de 2006 era 122.359 habitantes. Estrangeiros somavam 2.434 pessoas, representando 1,98% da população local. Os brasileiros formavam o maior grupo e eram cerca de 45% de todos os não-japoneses da cidade. Dentro da província de Shizuoka, Yaizu ocupava, em 2005, a quarta posição em número de brasileiros registrados.



Mapa 2 - Migrantes brasileiros na província de Shizuoka

A economia de Yaizu é baseada na indústria pesqueira. De acordo com o sítio da cidade na internet, nos portos de Kogawa e Yaizu circulam, por ano, 242.823 toneladas de frutos do mar extraídos da costa e do mar aberto. São mais de 42 bilhões de ienes anuais de movimentação financeira. Associadas com o porto e a pesca, há uma indústria de processamento formada por cerca de 900 pequenas e médias manufadoras que empregam 12 mil pessoas e geram 400 bilhões de ienes por ano.

3. Um Ponto-de-vista Sobre O Migrante Brasileiro em Yaizu

3.1 Sobre a pesquisa quantitativa, alguns dados gerais e o mundo do trabalho

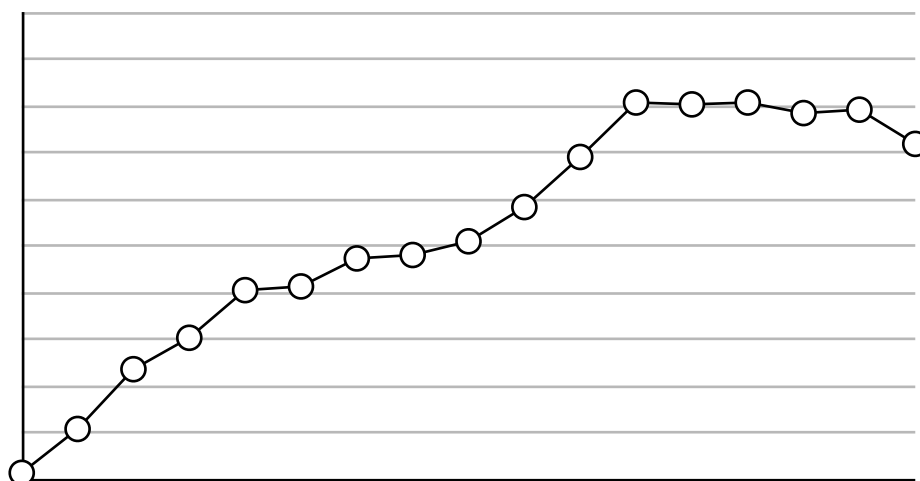
De acordo com a Prefeitura Municipal de Yaizu, 1.085 brasileiros estavam registrados como residentes na cidade em 2006, 81% maiores de 16 anos. Destes, 53% eram homens e 47% mulheres. A pesquisa quantitativa em que se baseia este artigo foi realizada durante o ano de 2006 e contou com a aplicação direta de um questionário a moradores brasileiros da cidade contactados em suas casas em bairros de alta concentração de brasileiros como Tajiri e Isshiki, em lojas de produtos brasileiros e na fábrica Onaga Massuda. Foram coletadas 69 amostras. 81% dos respondentes estava na faixa etária de 18 a 55 anos e 57% deles eram do sexo masculino. Dos entrevistados, 90% estava trabalhando sob contratos com firmas empreiteiras em fábricas de corte/beneficiamento do peixe (68%) e em outras indústrias. Trata-se de trabalha-

dores em atividades que não exigem qualificação. 80% possuíam visto de 3 anos e 17% eram portadores do visto de residente permanente.

A maior parte dos brasileiros em Yaizu vieram do estado de São Paulo, onde vive a maior parte dos descendentes de japoneses no Brasil. Quanto à cidade de origem, 32 localidades foram mencionadas. Porém, chamou a atenção a cidade de Bastos, que foi citada por quase 20% dos entrevistados. Trata-se de uma cidade de pouco menos de 22 mil habitantes localizada no noroeste do estado de São Paulo. Bastos tem uma longa história de ocupação japonesa. De acordo com o *site* da prefeitura local, em 1928, a Sociedade Colonizadora do Brazil Ltda. comprou, com o suporte do governo japonês, terra na região, a qual foi dividida em pequenas propriedades e financiada a famílias japonesas. Nessas propriedades, iniciou-se a criação da bicho-da-seda. Durante os anos 50, a região tornou-se o mais importante centro produtor de seda no país. Com a entrada da seda sintética no Brasil, Bastos foi obrigada a diversificar sua economia. Hoje, a cidade é a maior produtora de ovos de galinha do país.

De acordo com uma das informantes desta pesquisa, uma historiadora vivendo na cidade como *dekasegui* há 10 anos, os primeiros migrantes brasileiros de Yaizu foram recrutados na cidade de Bastos, ainda nos anos 1990. Ela relata que os recrutadores buscavam mão-de-obra disciplinada, formada por pessoas educadas no seio da comunidade japonesa, de modo que se adaptassem mais facilmente à rígida hierarquia do trabalho no país. Esse depoimento abre caminhos para um estudo mais aprofundado sobre a chegada dos brasileiros na cidade. Baseado em dados da prefeitura da cidade, o que pode se dizer com certeza é que os primeiros migrantes brasileiros registraram-se na cidade em 1990. Foram 28 indivíduos que iniciaram um crescimento ininterrupto até 2001 e, desde então, a população de brasileiros na cidade vêm sofrendo um pequeno declínio, conforme se vê na gráfico abaixo:

Gráfico 1 - População brasileira em Yaizu (1990 - 2006)



do na cidade por mais de 6 anos e durante as observações de campo, foram ouvidas muitas depoimentos de pessoas que pretendiam ficar na cidade por mais tempo.

Sobre as razões que levaram o migrante a escolher Yaizu, as opções do questionário foram classificadas em cinco grande grupos: trabalho, rede pessoal, infra-estrutura para brasileiros, qualidade de vida na cidade e outros. Conexões pessoais foram citadas por 32% dos respondentes, enquanto o trabalho foi importante para 29% destes. TAKENOSHITA discute a importância das redes sociais na vida dos migrantes brasileiros no Japão em um de seus trabalhos e conclui que pessoas envolvidas em redes sociais densas (nas quais as pessoas mais próximas de um indivíduo são todas conhecidas entre si) têm menos probabilidade de sofrer estresse psicológico. Além disso, outras pesquisas apontam o destaque que as redes sociais têm no posicionamento do migrante no mercado de trabalho.

A segunda razão mais citada — o trabalho — também merece algumas considerações. Boa parte dos moradores de Yaizu trabalha no corte e beneficiamento do peixe, uma indústria com alta dependência em mão-de-obra em contraste com a indústria automobilística e de eletroeletrônicos que emprega boa parte dos brasileiros vivendo no Japão. É um trabalho considerado sujo e perigoso, propenso a acidentes. Dentro do grupo estudado, cerca de 30% declarou ter sofrido algum tipo de acidente de trabalho. Por um erro metodológico, não foi possível saber se os trabalhadores sofreram o acidente relatado na indústria pesqueira. A quantidade de trabalhadores sem seguro social ou de saúde é alta. 34% dos entrevistados declarou não estar inscrito em qualquer tipo de seguro de saúde.



Foto 1 - corte do peixe, serra



Foto 2 - corte do peixe, goshi-goshi

Numa fábrica de processamento de pequeno porte, o corte do atum é feito com instrumentos como a serra, a lixa e o goshi-goshi, este um facão com o qual a pele do peixe congelado é extraída. Operários que trabalham na serra e no goshi-goshi recebem o melhor pagamento por hora da trabalhada. Um trabalhador experiente costuma receber ¥1.400 a ¥1.450/hora. Mulheres não são comuns nesta atividade, considerada pesada e perigosa. Para elas, é geralmente reservado trabalho na embalagem e pesagem dos produtos. São serviços com remuneração menor, variando entre ¥1.000 e ¥1.050/hora. Uma empresa que recruta brasileiros para o trabalho em fábricas explica que mulheres são melhor remuneradas em indústrias de eletroeletrônicos, onde são realizados trabalhos que exigem melhor coordenação motora fina. Essas distinções mostram que o fenômeno migratório também sofre influência das questões de gênero.

Em termos comparativos, o pro-labore por hora pago aos “trabalhadores do peixe” costuma ser um pouco maior do que o oferecido em outros tipos de indústria. Porém, o trabalho exige mais esforço físico do trabalhador e é realizado dentro de câmaras resfriadas a 0 graus Célsius. Por isso, a possibilidade de fazer horas extras — algo que é sempre posto em consideração pelo operário brasileiro na hora de escolher um trabalho — é menor. Mesmo assim, 51% dos trabalhadores declarou sempre fazer horas extras. No grupo pesquisado, 36% trabalha até 8 horas diárias. O número é considerado alto se comparado com dados publicados pelo Departamento de Assuntos Internacionais da cidade de Hamamatsu, localizada na mesma província que Yaizu. De acordo com esta pesquisa, apenas 6.3% dos trabalhadores declarou trabalhar até 8 horas por dia. Considerando o salário mensal, os trabalhadores de Yaizu que recebem mais de ¥200.000 mensais correspondem a 73% do grupo estudado. Tomando com base os dados de Hamamatsu citados no parágrafo anterior, apenas 53% dos trabalhadores alcança essa faixa salarial.

Em Yaizu há escritório do Shizuoka General Union, um sindicato de trabalhadores que atua na província. No ano da pesquisa, 350 trabalhadores eram afiliados ao órgão, 150 deles brasileiros. Segundo um dos diretores do sindicato Toshio Mishima, os maiores problemas envolvendo trabalhadores de origem brasileira são demissão sem justa causa, acidentes de trabalho e não-inscrição no *shakai hoken*, o seguro social, por parte dos empregadores. No momento que o sindicato foi visitado, haviam 20 processos envolvendo os direitos de trabalhadores brasileiros.

3.2 As relações com a comunidade e a questão da adaptação

Uma das principais diferenças entre o Brasil e o Japão é em relação à vida em comunidade. Na Terra do Sol Nascente, atividades comunitárias são o ponto forte das relações de vizinhança, especialmente em cidades pequenas como Yaizu. Neste trabalho, estão sendo entendidas como atividades comunitárias a separação do lixo do bairro, limpeza das ruas, parques e praias e outras que visam zelar pelos espaços de uso coletivo, inclusive as áreas comuns de prédios públicos. Para os japoneses, a participação neste tipo de atividade é tida como obrigatória. No Brasil, por sua vez, esse tipo de atividade ocorre apenas esporadicamente e, muitas vezes, está relacionada com o ativismo social. Para um brasileiro médio, por exemplo, a responsabilidade de limpar a praia é do governo. Portanto, muitos brasileiros não vêm sentido em participar desse tipo de atividades comunitárias. No entanto, os japoneses consideram necessário reservar tempo para o engajamento nessas tarefas. Vale lembrar que a carga horária de trabalho dos nativos também é alta. Apenas 13% dos entrevistados declarou participar de atividades comunitárias com frequência e 41% nunca participou. Na pesquisa empírica, houve depoimentos de pessoas que alegaram cansaço devido à carga horária de trabalho.

A (não) participação em atividades comunitárias é apenas um dos pontos de atrito entre japoneses e brasileiros. Há questões referentes ao comportamento com relação à separação do lixo, barulho dentro de casa e nas áreas comuns dos prédios, estacionamento em local proibido etc. Quase todos os entrevistados declarou não ter problemas de relacionamento com os vizinhos. Porém, uma visita a locais de alta concentração de migrantes como o Sumiredai Danchi² revela um conflito com essa pretensamente pacífica relação de vizinhança. “É proíbo (sic!) fazer barulhos à noite e de madrugada e nem atos que incomodem aos outros” — esse é o título de várias placas que podem ser vistas num conjunto habitacional onde vivem muitos brasileiros.



Foto 3 - placa em conjunto habitacional

Córdoba Quero discute a questão das construções da idéia do que é ser “nihonjin” (japonês) em contraposição ao ser “nikkeijin” (descendente de japonês) na sociedade japonesa. Para este autor, placas como as que contêm o texto escrito acima assumem uma função de reforçar

² “Danchi” significa “conjunto habitacional”.

as diferenças entre essas duas categorias, atribuindo aos brasileiros (ou “nikkeijin” comportamentos que os diferenciam dos nativos (“nihonjin”) e que estão fora dos padrões socialmente aceitos. Ou seja, de um lado, há os problemas causados pela convivência entre grupos culturalmente diferentes. Do outro, existe aquilo que é tido como atitude característica de um ou outro grupo, sem considerar os indivíduos em si.

Ainda no quesito da relação com o outro e já partindo para os problemas de adaptação, é necessário pontuar a questão da (não) aquisição da língua japonesa. O fato de muitos brasileiros que vivem no Japão não falarem japonês tem recebido bastante atenção da mídia local e dos pensadores de políticas públicas para o segmento. Não falar japonês é tido como o elemento principal que impede a adaptação do migrante à sociedade local, como revelam diversos políticos em seus discursos. De fato, ninguém pode negar o quanto falar a língua de um país facilita as relações pessoais com os nativos, o uso dos serviços públicos, dentre muitos outros aspectos que tornam a estadia do estrangeiro/migrante muito mais confortável e independente. Por outro, não é surpresa que a primeira geração de migrantes tenha um domínio da língua limitado, em comparação com as posteriores.

Não há nada de novo dentro do universo dos estudos migratórios no fato desta pesquisa apontar que boa parte dos brasileiros de Yaizu não domina a língua japonesa além do uso necessário ao entendimento do trabalho na fábrica. Também não é novo o fato de governo e a maioria étnica de uma sociedade receptora levantar a questão da língua como um problema na assimilação do migrante e, em última instância, uma ameaça à integridade cultural nacional e ao próprio conceito do que é ser “nacional” ou de quem é considerado “nacional”. Portanto, o problema da não-aquisição da língua japonesa por parte dos brasileiros radicados no Japão é, antes de mais nada, um embate cultural que se desdobra em custos sociais (o governo precisa manter estrutura para atender às demandas diferenciadas dos estrangeiros, por exemplo) e segue por outros caminhos. Como se pode ver com o florescimento do negócio étnico (empresas especializadas em oferecer produtos e serviços para determinado grupo étnico minoritário) e a própria locação dos brasileiros no mercado de trabalho, a falta de conhecimento da língua local não é, no momento, um impeditivo para o migrante se inserir na sociedade, mesmo que marginalmente.

4. Políticas públicas e serviços oferecidos aos brasileiros e a questão da educação

Neste sentido, os produtores de políticas públicas podem caminhar em dois lados, opostos mas não excludentes entre si. Um deles é partir para a institucionalização de práticas que impeçam efetivamente o migrante que não tem o domínio da língua de se inserir na sociedade. São políticas que negam determinados direitos (nacionalização ou a renovação/obtenção de visto) aos não-falantes. O discurso público do governo central japonês parte para esse caminho. Recentemente, a imprensa no Japão vêm noticiando planos de exigir conhecimento de língua japonesa para a renovação dos vistos dos estrangeiros já residentes no país. O governo não discute como será tratado os casos dos trabalhadores temporários que vêm à serviço de empresas multinacionais ou mesmo dos estrangeiros que vêm para o país atuar como professores de língua estrangeira, um vasto mercado de trabalho no Japão. Portanto, parece que o alvo são os trabalhadores recrutados para atividades não-qualificadas.

Outro rumo vêm sendo tomado por boa parte dos governos locais de cidades e províncias com grande concentração de estrangeiros. São políticas que buscam prover serviços direcionados

aos imigrantes em suas próprias línguas, incluindo aulas de japonês. Na cidade de Yaizu, são oferecidos alguns serviços dessa natureza. No ano da pesquisa, cidade empregou tradutores em órgãos públicos como a prefeitura e hospitais municipais; manteve um boletim mensal em português, com informações principalmente sobre direitos e deveres e funcionamento da burocracia; proveu suporte escolar para crianças brasileiras; e, finalmente, ofereceu aulas de japonês para adultos em horário noturno. De acordo com a pesquisa, o nível de satisfação dos entrevistados com os serviços oferecidos na cidade era alto. Porém, poucas crianças brasileiras estavam matriculadas em escolas públicas e o número de alunos arrolados nas aulas de japonês noturnas era reduzido. Isso levanta questões acerca da eficácia das políticas e de seu real impacto na vida dos moradores brasileiros na cidade.

No quesito educação de crianças, alguns dados foram reveladores. Em 2006, 19% dos 1.085 brasileiros da cidade eram menores de 16 anos. A prefeitura não forneceu dados relativos a quantas dessas crianças estão em idade escolar (entre 6 e 15 anos de idade). Porém, era de 36 o número de meninos e meninas matriculados no ensino básico local. Por outro lado, as duas³ escolas étnicas brasileiras que haviam na cidade na época da pesquisa atendiam a 94 crianças de Yaizu e cidades vizinhas. A escola que serviu de base para a observação de campo desta pesquisa, o Colégio Águia, atendia a 29 crianças do maternal à 7a. série, no período das sete às dezenove horas. Contava com sete profissionais e voluntários, sendo que apenas três deles trabalhavam em regime integral. Dois deles acumulavam as funções de administração e ensino. Sendo que uma era responsável, ainda, pelo *mucai*, ou seja, o transporte de professores e alunos. Duas das profissionais eram japonesas, uma delas atuava como professora da língua local e outra como professora de artes. Ambas eram voluntárias. Apenas dois dos profissionais — um deles, voluntário — tinha habilitação para ensinar nas primeiras séries do ensino básico. Todos os profissionais eram graduados e apenas uma das professoras não possuía habilitação para ensinar.

As classes eram multi-seriadas e as crianças eram divididas em grupos de acordo com a faixa etária. Porém, como haviam poucas crianças a partir da 3a. série (ou 4o. ano de escolaridade), os alunos a partir deste nível formavam uma classe única. A rotatividade dos alunos também era relativamente grande. Durante o período de acompanhamento (cerca de seis meses), houve alguns casos de alunos que deixaram a escola durante o período letivo porque os pais se mudaram de endereço ou retornaram para o Brasil. Também houve novas matrículas de crianças recém-chegadas à cidade, uma delas pela primeira vez no Japão. Dentre os alunos, havia uma criança cuja mãe era de nacionalidade venezuelana e outra cujo pai era japonês e a mãe filipina. Este segundo caso é de um menino que foi matriculado pelo padrasto, de nacionalidade brasileira. A rotatividade de profissionais também é grande. O grupo formado durante o período de observação se desfez pouco depois da pesquisa ter sido encerrada.

O currículo era baseado no modelo sugerido pelo Ministério da Educação do Brasil, principalmente no documento conhecido como “Parâmetros Curriculares Nacionais”. Todas as turmas, desde a pré-escola, tinham aulas de japonês por, em média, 2 horas/aula por semana. O conhecimento de japonês dos alunos era bastante limitado. O material didático utilizado era proveniente do Brasil e fornecido por um famoso sistema de ensino do país. Produzido para

³ Uma das escolas, o Colégio Águia, mudou-se para um prédio localizado numa outra cidade, mas ainda atende crianças provenientes de Yaizu.

um contexto completamente diferente, não é preciso dizer que os livros e apostilas não atendiam boa parte da demanda daqueles alunos em situação tão especial.

A escola funcionava num prédio construído para ser uma casa. Portanto, tudo era adaptado para o novo uso, nem sempre nas melhores condições de segurança ou de ensino. A limpeza e manutenção do prédio era feita pelas duas profissionais responsáveis pela administração e, eventualmente, com a ajuda de alguns pais.

Apesar de ter surgido como uma instituição privada, o Colégio Águia partiu para uma experiência de gestão comunitária, com a eleição de pais e profissionais representantes que deveriam formar um colegiado responsável pela administração e pelas decisões pedagógicas. No entanto, desde que o conselho foi formado, diversos problemas foram surgindo, vários deles relacionados à falta de interesse dos pais e profissionais na gestão da escola. Houve, ainda, problemas de origem pessoal que acabaram afastando uma das administradoras. No momento que a pesquisa de campo foi encerrada, o conselho gestor da escola ainda existia, mesmo com problemas em seu funcionamento.

5. À Guisa de Conclusão

A grande maioria das pesquisas realizadas com migrantes brasileiros no Japão partem da perspectiva do local com o intuito de buscar generalizações, ao invés de especificidades. Na maior parte dos casos, a situação do migrante brasileiros vivendo em áreas de concentração costumam servir como base para o entendimento do fenômeno migratório como um todo. Isso não ocorre apenas no Japão. Em outros países, o local é o laboratório onde o cientista social coleta amostras para entender o processo mais amplo do fenômeno. A pesquisa apresentada neste artigo aponta que não há incongruência neste processo. Práticas transnacionais, comunidade étnica, serviços públicos e muitas questões aqui apresentadas vão ao encontro do que vêm sendo pesquisado em outras regiões do Japão acerca dos migrantes brasileiros.

Por outro lado, a situação de Yaizu nos aponta para a necessidade de entender o processo dentro da dinâmica do local. O fato dos trabalhadores de Yaizu serem, em sua grande maioria, profissionais da indústria pesqueira é um ponto diferencial considerável, uma especificidade que deve ser levada em conta. Uma das frases que mais ouvidas durante a fase da observação foi “uma vez no peixe, sempre no peixe”. Era uma forma de dizer que o migrante chega a Yaizu, fixa-se e não quer deixar a cidade. De fato, não foram poucos os depoimentos de pessoas que não pretendiam trocar a cidade por outra. Na pesquisa quantitativa não foi possível confirmar se há uma tendência ao estabelecimento do migrante brasileiro na cidade. Por outro lado, essa fala pode ser interpretada de muitos modos. Um deles relacionado à construção de um ideal de comunidade, mesmo que este não seja verificado através de práticas associativas.

Estudos baseados no local não precisam desprezar os aspectos globais dos fenômenos. Porém, não se pode esquecer da etimologia da palavra “cidadão”. Num ambiente onde as práticas transnacionais são hipervalorizadas, o imigrante pode sentir-se um ser paciente de um processo inevitável que o expulsa de seu país de origem e o coloca numa fábrica de outro país. Isso é um mal que afeta, também, o pensamento acadêmico sobre o tema. Para muitos estudiosos, o migrante é vítima de um processo perverso. Olhar os fenômenos sob a lente do local, pode colocar esse raciocínio em xeque e abrir espaços que valorizem a prática comunitária e, por

fim, o entendimento de que o indivíduo também é parte do processo. Ferreira discute esse tema de forma crítica e escreveu o seguinte em um de seus trabalhos:

Na produção do espaço precisamos, portanto, levar em consideração o Estado, e pensarmos até que ponto a inserção e a re-inserção do dekasegui pode se dar por meio de sua atitude. Assim, como os próprios dekassegui possam partir para uma organização reivindicando e construindo seus direitos. Nesse momento o espaço torna-se território.

Transformar o espaço do migrante em território do migrante ainda é uma construção. Mas, está em processo. Esse para que esse processo se consolide é preciso, também, valorizar e discutir as práticas locais.

6. Bibliografia

BASTOS, Município de. <<http://www.bastos.sp.gov.br>>. Acessado em dez, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami & SUGAHARA, Sonoe. *Permanently transient: Brazilian Dekasseguis in Japan*. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 23, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em dezembro, 2006.

CARLEIAL, Adelita. *Trabalho e Redes de Solidariedade Aos Migrantes*. In **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales** no. 1 - August, 2001. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2001.

CÓRDOBA QUERO, Hugo. **'To be Nikkeijin or... Not to Be': Identity Formation Dilemmas Among Brazilians of Japanese Ancestry Migrating to Japan**. Paper presented at the Conference "From Nikkeijin To Nikkei - Searching For New Approaches To Studying Nikkeijin". Sophia University, Tóquio, fevereiro de 2008.

FERREIRA, Ricardo Hirata. *O Confronto dos Lugares No Imaginário do Migrante Dekassegui*. In **Anais do Segundo Encontro Nacional Sobre Migração da ABEP**. Belo Horizonte, ABEP, 2000.

_____. *Brasil Ou Japão: O Espaço do Consumo e a (Re) Inserção do Dekassegui*. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_ferreira.pdf>. Acessado em maio, 2006.

HAMAMATSU-SHI KIKAKUBU KOKUSAI KA. **Hamamatsu-shi Ni Okeru Burajirujin Shimin No Seikatsu Shuuroo Jittai Chosa**. Hamamatsu: Mimeo, 2003.

IBGE. **Bastos**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/bastos.pdf>>. Acessado em janeiro, 2007.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. *Kazoku Wa Kodomo No Kyooiku Ni Doo Kakawaru Ka*. In **Readings - Nihon No Kyooiku To Shakai - Dai 3 Kan Kosodate Shitsuke**, editado por Teruyuki Hirota. Nihon Tosho Center, 2006.

PIRES JR, Roberto. **Public Policies For Brazilian Migrants In Yaizu City - Shizuoka Prefecture - Japan**. Overmundo, 2007. Disponível em <www.overmundo.com.br>. Acessado em março de 2008.

PORTES, A. & RUMBAUT, R. **Legacies: The Story Of The Immigrant Second Generation**. California: University of California Press, 2001.

_____. & BACH, Robert L. **Latin Journey - Cuban And Mexican Immigrants In The United States**. Los Angeles: University Of California Press, 1985.

REVECO, Cristian D. *Transnacionalismo Y Nuevas Perspectivas De Integración*. In **Primer Coloquio Internacional 'Migracion Y Desarrollo: Transnacionalismo Y Nuevas Perspectivas de Integración'**. Mexico: 2003. Disponível em <<http://www.comminit.com/la/teoriasdecambio/lacth/lasld-345.html>>. Acessado em janeiro, 2007

SALES, Tereza & LOUREIRO, Márcia. *Imigrantes Brasileiros Adolescentes e de Segunda Geração em Massachussets, EUA*. In **REBEP - Vol. 21, n.2**. Brazil: 2004. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=427&nivel=1>. Acessado em janeiro, 2007.

SASAKI, Elisa Massae. *Dekasseguis: Migrantes Brasileiros No Japão*. In **Anais do Encontro Brasileiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. ABEP, 1998. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=125&nivel=3>. Acessado em maio, 2006.

TAKENOSHITA, Hirohisa. *Circular Migration and its Socioeconomic Consequences: The Economic Marginality among Japanese Brazilian Migrants in Japan*. In **Asian Cities, Migrant Labour and Contested Spaces**, editado por Tai-Chee Wond & Jonathan Rigg. Copenhagen: NIAS press, no prelo.

_____. **Social Capital And Mental Health Among Japanese Brazilian Migrants In Japan**. Paper presented during master course lectures, Shizuoka University, 2008.

TSUDA, Takeyuki. **Strangers In The Ethnic Homeland**. Columbia University Press, 2003.